



construímos relações seguras

[Handwritten signature]

Grupo SABSEG

Relatório do Conselho de Administração
SABSEG – Mediação de Seguros, SA.
Período 2011

31 de Março 2012

Ex.mo(s). Senhor(es)

Em conformidade com o preceituado nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à apreciação de V. Ex.a(s) o presente relatório de Gestão, as Contas e os demais documentos de prestação das contas previstos na lei, relativos ao exercício de 2011.

1- Actividade desenvolvida e organização

Os objectivos foram alcançados, tendo sido atingidos os valores previstos, verificando-se um aumento no valor das comissões de cerca de 64%.

Continua em curso um investimento em termos informáticos na área seguradora e da gestão, tanto a nível de *software* como de equipamentos, que se iniciou no exercício de 2005.

Nos termos e para efeitos legais cumpre-nos informar o seguinte não existem dívidas em mora ao Estado (art. 2º do Dec. Lei nº 534/80 de 7 de Novembro) nem à Segurança Social (art. 21º do Dec. Lei nº 411/91 de 17 de Outubro).

No ano de 2011 a empresa SABSEG integrou um processo de fusão conjunta com 7 sociedades em 31 de Dezembro de 2011 reportado do ponto de vista contabilístico a 1 de Janeiro de 2011.

Do processo de fusão transitaram todos os activos, passivos, gastos e rendimentos das seguintes sociedades incorporadas:

- MEDIADORA – Mediadora de Seguros, Lda.
- MEDISOARES – Mediação de Seguros, Lda.
- CONSELHO SEGURO – Mediação de Seguros, Lda.
- SEGUR MARKET – Mediação de Seguros, SA.
- MTB – Serviços de Mediação de Seguros, Lda.
- OVERSEGUR – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.
- SEGUBRA – Mediadora de Seguros de Braga, Lda.

2- Ganhos e Perdas

A empresa apresentou um resultado líquido positivo de 173.850,86 €, tendo-se verificado um aumento muito significativo em relação ao do ano transacto. Este aumento deve-se essencialmente ao aumento do volume de negócios e à nova política de controlo e gestão de gastos que tem vindo a ser implementada desde meados do exercício de 2010.

3- Evolução Previsível

No ano de 2012, continuará o esforço visando o crescimento sustentado da actividade, privilegiando-se as parcerias e protocolos no sentido da captação e fidelização de clientes, prevendo-se um aumento do volume de negócios muito significativo.

4- Proposta de aplicação dos resultados

Propõe-se que o saldo da conta de "Resultados Líquidos do exercício" que apresenta um lucro de Euros: 173.850,86 € tenha a seguinte aplicação:

Distribuição de Dividendos: 173.850,86 €

Braga, 31 de Março de 2012

A Administração



construímos relações seguras

A handwritten signature in the top right corner of the page.

Grupo SABSEG

Anexo ao
Relatório do Conselho de Administração
SABSEG – Mediação de Seguros, SA.
Período 2011

31 de Março 2012

1. Nos termos do Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, informamos o número de acções detidas pelos elementos do Conselho de Administração e pelo Fiscal Único em 31 de Dezembro de 2011:

Conselho de Administração:

- Francisco Miguel C. F. Vasconcelos Machado	0 Acções
- Inácio da Silva Sousa	0 Acções
- José António de Carvalho Pereira	0 Acções
- Luís Filipe Sampaio Cervantes	0 Acções

Fiscal Único:

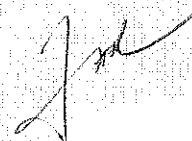
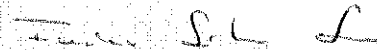
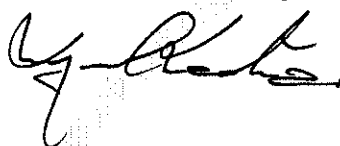
- José Elísio Lopes da Silva Quintas	0 Acções
--------------------------------------	----------

2. Nos termos do Art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, informamos quais os Accionistas que detêm pelo menos um décimo do Capital em 31 de Dezembro de 2011:

- SABSEG, SGPS, S.A.	100,00 %
----------------------	----------

Braga, 31 de Março de 2012

A Administração







SABSEG – Mediação de Seguros, SA
Demonstrações Financeiras Individuais
Exercício 2011

SABSEG - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, SA.
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2011
(Valores expressos em euros)

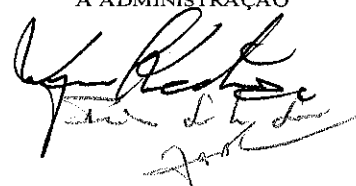
	Notas	31.Dez.11	31.Dez.10
Activo			
Activos fixos tangíveis	5	1.201.187,47	1.083.692,39
Propriedades de investimento	6	1.335.681,39	1.357.341,09
Goodwill	7	116.971,55	71.147,30
Activos intangíveis	7	19.242,30	30.021,14
Activos biológicos		-	-
Participações financeiras - método eq. patrimonial	8	998.448,84	1.049.866,47
Participações financeiras - outros métodos		-	-
Accionistas / sócios		-	-
Outros activos financeiros		-	-
Activos por impostos diferidos		-	-
Total dos Activos Não Correntes		3.671.531,55	3.592.068,39
Inventários		-	-
Activos biológicos		-	-
Clientes		-	-
Adiantamentos a fornecedores		-	-
Estado e outros entes públicos		-	-
Accionistas / sócios		-	5.192,75
Outras contas a receber	9	965.794,98	605.805,76
Diferimentos	11	40.013,79	12.966,72
Activos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros activos financeiros		-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos bancários	4	1.352.379,62	1.527.421,66
Total dos Activos Correntes		2.358.188,39	2.151.386,89
		6.029.719,94	5.743.455,28
Capitais Próprios			
Capital realizado	13	100.000,00	100.000,00
Ações (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas legais	14	75.807,79	75.807,79
Outras reservas		645.099,47	536.938,51
Resultados transitados	-	145.027,62	-
Ajustamentos em activos financeiros	-	100.133,53	165.924,47
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações no capital próprio		-	-
Resultado líquido do exercício		173.850,86	79.236,68
Total dos Capitais Próprios		749.596,97	467.585,15
Passivo			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos	15	2.364.634,00	2.458.941,15
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-
Outras contas a pagar		-	-
Total dos Passivos Não Correntes		2.364.634,00	2.458.941,15
Fornecedores	17	109.443,17	130.957,33
Adiantamento de clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	10	275.175,89	99.465,93
Accionistas / sócios	9	149.705,14	20.286,52
Financiamentos obtidos	15	650.230,26	650.000,00
Outras contas a pagar	16	1.713.434,51	1.916.219,20
Diferimentos	12	17.500,00	-
Outros passivos financeiros		-	-
Total dos Passivos Correntes		2.915.488,97	2.816.928,98
Total do Passivo		5.280.122,97	5.275.870,13
		6.029.719,94	5.743.455,28

Braga, 31 de Março de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO



SABSEG - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, SA.

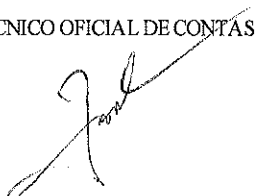
Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

(Valores expressos em euros)

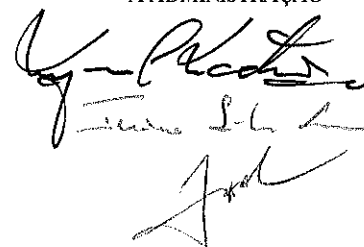
	Notas	31.Dez.11	31.Dez.10
Vendas de mercadorias		-	-
Prestação de serviços	18	6.182.569,18	3.774.426,06
Subsídios à exploração	19	10.925,23	28.203,81
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	24	- 51.417,63	- 265.860,56
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos	21	- 2.586.725,81	- 1.742.235,41
Gastos como pessoal	22	- 2.598.699,92	- 1.328.820,42
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	23	166.134,61	120.183,19
Outros gastos e perdas	24	- 176.911,83	- 177.341,67
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		945.873,83	408.555,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25	- 409.196,54	- 323.491,53
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		536.677,29	85.063,47
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	26	- 95.506,22	- 56.858,83
Resultado antes de impostos		441.171,07	28.204,64
Imposto sobre o rendimento do período	3.6	- 267.320,21	- 107.441,32
Resultado líquido do período		173.850,86	79.236,68
Resultado por acção básico		-	-

Braga, 31 de Março de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO



SABSEG - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, SA.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.11</u>	<u>31.Dez.10</u>
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		5.866.005,67	3.246.514,28
Pagamentos a fornecedores		- 2.614.436,64	- 1.729.207,35
Pagamentos ao pessoal		- 2.265.320,49	- 1.323.600,35
Caixa gerada pelas operações		<u>986.248,54</u>	<u>193.706,58</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		- 82.536,39	- 215.104,91
Outros recebimentos/pagamentos		- 643.741,23	811.105,01
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>259.970,92</u>	<u>789.706,68</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		- 633.509,60	- 757.352,88
Activos intangíveis		- 6.109,07	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
		<u>- 639.618,67</u>	<u>- 757.352,88</u>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		262.137,72	2.500,00
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	50.000,00
Outros activos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		7.825,23	2.337,53
Dividendos		-	-
		<u>269.962,95</u>	<u>54.837,53</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>- 369.655,72</u>	<u>- 702.515,35</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		67.540,96	632.926,69
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		144.512,39	60.505,00
		<u>212.053,35</u>	<u>693.431,69</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 181.904,37	- 52.341,28
Juros e gastos similares		- 95.506,22	- 56.915,39
Dividendos		-	- 818.336,70
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		<u>- 277.410,59</u>	<u>- 927.593,37</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>- 65.357,24</u>	<u>- 234.161,68</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>- 175.042,04</u>	<u>- 146.970,35</u>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>1.527.421,66</u>	<u>1.674.392,01</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>1.352.379,62</u>	<u>1.527.421,66</u>

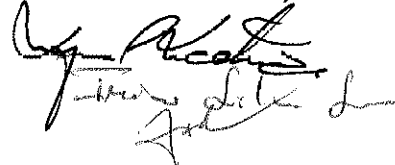
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Braga, 31 de Março de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO



SABSEG – Mediação de Seguros, SA
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2011

SABSEG - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, SA.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2010

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total do capital próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	
Posição no Início do Período 2010	1	Notas						
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	-	-	-	-	-
	14		28.259,92	536.938,51	-	-	565.198,43	-
	2		28.259,92	536.938,51	-	-	565.198,43	-
Resultado Líquido do Período	3							
			-	-	-	-	79.236,68	- 79.236,68
Resultado Integral	4 = 2 + 3							
			-	-	-	-	644.435,11	- 79.236,68
Operações com detentores de capital próprio								
Realizações de capital			-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	-	-	-
	5							
			-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2010	6 = 1 + 2 + 3 + 5		75.807,79	536.938,51	-	- 165.924,47	79.236,68	467.585,15

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Braga, 31 de Março de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO

SABSEG – Mediação de Seguros, SA

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A SABSEG – Mediação de Seguros, SA, foi constituída em Novembro de 1999, tem a sua sede na Rua Dr. Justino Cruz, n.º 154 – 4º andar, em Braga. A Empresa tem como actividade principal a mediação de seguros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2011 as demonstrações financeiras da SABSEG foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

b) Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com as do ano anterior

No ano de 2011 a empresa SABSEG integrou um processo de fusão conjunta com 7 sociedades em 31 de Dezembro de 2011 reportado do ponto de vista contabilístico a 1 de Janeiro de 2011.

Do processo de fusão transitaram todos os activos, passivos, gastos e rendimentos das seguintes sociedades incorporadas:

- MEDIADORA – Mediadora de Seguros, Lda.
- MEDISOARES – Mediação de Seguros, Lda.
- CONSELHO SEGURO – Mediação de Seguros, Lda.
- SEGUR MARKET – Mediação de Seguros, SA.
- MTB – Serviços de Mediação de Seguros, Lda.
- OVERSEGUR – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.
- SEGUBRA – Mediadora de Seguros de Braga, Lda.

c) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

d) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

e) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como activos e passivos não correntes.

Handwritten initials and marks, including a large 'A' and a signature.

f) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

g) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

h) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

i) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da SABSEG – Mediação de Seguros, SA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transacções.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

Os activos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do activo a qualificar como propriedade de investimento, esse activo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento”. No final do período de promoção e construção desse activo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada directamente na demonstração dos resultados na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes gastos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como activos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos, com excepção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

3.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica ‘Investimentos financeiros em equivalência patrimonial’.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado “Goodwil”, sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa (“Badwill”), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efectuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo ‘Provisões’ para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

3.6. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 12,5% sobre a matéria colectável até 12.500,00 €, aplicando-se a taxa de 25% para a restante matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2001, inclusive, e cinco anos a partir de 2002), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2008 a 2011 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e actualizado.

3.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

3.10. Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor” até o activo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados “Outros investimentos” e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

22
✓
C

3.11. Activos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como “investimentos mensurados ao justo valor” através de resultados nem como “investimentos detidos até à maturidade”. Estes activos são classificados como “activos não correntes”, excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transacção, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os “investimentos mensurados ao justo valor através de resultados” e os “investimentos disponíveis para venda” são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos “investimentos disponíveis para venda” são registados no capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.13. Capital social

As acções ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.14. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Handwritten initials and signature in the top right corner.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Empresa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

3.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projectos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos activos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de acções de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Fluxos de Caixa

Os meios financeiros líquidos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 apresentavam-se como se segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Caixa	1.633,19	3.662,37
Depósitos à ordem	1.350.746,43	1.523.759,29
Depósitos à prazo (i)	-	-
(...)	-	-
Outras	-	-
	<u>1.352.379,62</u>	<u>1.527.421,66</u>

5. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2011 e de 2010 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2010

	Saldo em 01-Jan-10	Aquisições / Dotações	Alienações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-10
Custo:							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	273.679,91	103.592,78	-	-	-	-	377.272,69
Equipamento básico	210.293,43	14.406,64	- 1.800,00	-	-	-	222.900,07
Equipamento de transporte	778.694,37	593.965,96	- 201.474,52	-	-	-	1.171.185,81
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	204.145,25	40.613,01	- 700,00	-	-	-	244.058,26
Outros activos fixos tangíveis	25.925,31	4.774,49	-	-	-	-	30.699,80
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-	-
	<u>1.492.738,27</u>	<u>757.352,88</u>	<u>- 203.974,52</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.046.116,63</u>
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	72.033,24	38.680,07	-	-	-	-	110.713,31
Equipamento básico	102.798,65	38.896,70	-	-	-	-	141.695,35
Equipamento de transporte	365.662,67	181.556,07	- 28.868,63	-	-	-	518.350,11
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	149.937,04	24.355,00	-	-	-	-	174.292,04
Outros activos fixos tangíveis	13.880,99	3.492,44	-	-	-	-	17.373,43
	<u>704.312,59</u>	<u>286.980,28</u>	<u>- 28.868,63</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>962.424,24</u>

31 de Dezembro de 2011

	Saldo em 01-Jan-11	Aquisições / Dotações	Alienações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-11
Custo:							
Edifícios e outras construções	377.272,69	130.774,42	-	-	15.863,52	-	523.910,63
Equipamento básico	222.900,07	54.533,49	-	-	33.079,31	-	310.512,87
Equipamento de transporte	1.171.185,81	372.495,87	- 398.900,00	-	213.969,22	-	1.358.750,90
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	244.058,26	620,48	-	-	161.510,21	-	406.188,95
Outros activos fixos tangíveis	30.699,80	676,50	-	-	89.088,96	-	120.465,26
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-	-
	<u>2.046.116,63</u>	<u>559.100,76</u>	<u>- 398.900,00</u>	<u>-</u>	<u>513.511,22</u>	<u>-</u>	<u>2.719.828,61</u>
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	110.713,31	54.682,87 €	-	-	10.723,06 €	-	176.119,24
Equipamento básico	141.695,35	41.828,84 €	-	-	32.751,40 €	-	216.275,59
Equipamento de transporte	518.350,11	230.535,01 €	- 172.408,33	-	111.172,26 €	-	687.649,05
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	174.292,04	29.228,52 €	-	-	134.115,25 €	-	337.635,81
Outros activos fixos tangíveis	17.373,43	14.308,97 €	-	-	69.279,05 €	-	100.961,45
	<u>962.424,24</u>	<u>370.584,21</u>	<u>- 172.408,33</u>	<u>-</u>	<u>358.041,02</u>	<u>-</u>	<u>1.518.641,14</u>

6. Propriedades de investimento

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2010					
	Saldo em 01-Jan-10	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	Saldo em 31-Dez-10
Custo					
Edifício Comercial na Praça Conde de Agrolongo	1.343.979,89	-	100.000,00	-	1.443.979,89
	1.343.979,89	-	100.000,00	-	1.443.979,89
Depreciações Acumuladas					
Edifício Comercial na Praça Conde de Agrolongo	60.479,10	-	26.159,70	-	86.638,80
	60.479,10	-	26.159,70	-	86.638,80

31 de Dezembro de 2011					
	Saldo em 01-Jan-11	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	Saldo em 31-Dez-11
Custo					
Edifício Comercial na Praça Conde de Agrolongo	1.443.979,89	-	-	-	1.443.979,89
	1.443.979,89	-	-	-	1.443.979,89
Depreciações Acumuladas					
Edifício Comercial na Praça Conde de Agrolongo	86.638,80	-	21.659,70	-	108.298,50
	86.638,80	-	21.659,70	-	108.298,50

Em 31 de Dezembro de 2011, as variações do justo valor das propriedades de investimento apresentam-se como segue:

	Custo de aquisição	Variação justo valor acumulado	Variação justo valor exercício	Saldo em 31-Dez-11
Edifício Comercial na Praça Conde de Agrolongo	1.443.979,89	-	-	1.443.979,89
	-	-	-	-
	-	-	-	-
	1.443.979,89	-	-	1.443.979,89

A propriedade de investimento referida anteriormente está mensurada pelo custo de aquisição.

O imóvel referido anteriormente é alvo de uma garantia hipotecária a favor da entidade financeira que intervém na operação de financiamento (Millennium BCP).

7. Activos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2010						
	Saldo em 01-Jan-10	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-10
Custo						
Goodwill	61.147,30	10.000,00	-	-	-	71.147,30
Projectos de desenvolvimento (i)	-	-	-	-	-	-
Software	-	44.147,66	-	-	-	44.147,66
Propriedade industrial	1.356,59	-	-	-	-	1.356,59
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	62.503,89	54.147,66	-	-	-	116.651,55
Depreciações Acumuladas						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de desenvolvimento (i)	-	-	-	-	-	-
Software	-	14.715,89	-	-	-	14.715,89
Propriedade industrial	631,56	135,66	-	-	-	767,22
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	631,56	14.851,55	-	-	-	15.483,11

31 de Dezembro de 2011						
	Saldo em 01-Jan-11	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-11
Custo						
Goodwill	71.147,30	-	-	57.860,28	-	129.007,58
Projectos de desenvolvimento (i)	-	-	-	12.351,61	-	12.351,61
Software	44.147,66	6.109,07	-	2.238,50	-	52.495,23
Propriedade industrial	1.356,59	-	-	-	-	1.356,59
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	116.651,55	6.109,07	-	72.450,39	-	195.211,01
Depreciações Acumuladas						
Goodwill	-	-	-	12.036,03	-	12.036,03
Projectos de desenvolvimento (i)	-	64,72	-	12.286,89	-	12.351,61
Software	14.715,89	16.752,25	-	2.238,50	-	33.706,64
Propriedade industrial	767,22	135,66	-	-	-	902,88
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	15.483,11	16.952,63	-	26.561,42	-	58.997,16

8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Os saldos dos investimentos em empresas participadas e associadas, em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, apresentavam-se como segue:

31 de Dezembro de 2010								
Investimentos em Subsidiárias	Sede	Capitais próprios 31-Dez-10	% participação	Partes de capital	Goodwill	Empréstimos	Provisões	Saldo em 31-Dez-10
SEGMINHO - Corretores de Seguros, S.A.	Portugal	153.580,11	100,00	1.049.866,47	-	-	-	1.049.866,47
		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	1.049.866,47	-	-	-	1.049.866,47

31 de Dezembro de 2011								
Investimentos em Subsidiárias	Sede	Capitais próprios 31-Dez-11	% participação	Partes de capital	Goodwill	Empréstimos	Provisões	Saldo em 31-Dez-11
SEGMINHO - Corretores de Seguros, S.A.	Portugal	102.162,48	100,00	998.448,84	-	-	-	998.448,84
		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	998.448,84	-	-	-	998.448,84

9. Accionistas/Sócios

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica “Accionista/Sócios” apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Activo				
Outros saldos devedores	-	-	-	5.192,75
	-	-	-	5.192,75
Passivo				
Lucros disponiveis	-	-	-	-
Outros saldos credores	-	149.705,14	-	20.286,52
	-	149.705,14	-	20.286,52

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectiv	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
	-	-
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectiv	186.125,98	1.342,16
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	6.950,97	172,00
Imposto sobre o rend. das pessoas singular	40.453,69	51.861,13
Segurança Social	41.645,25	46.090,64
Outros impostos e taxas	-	-
	275.175,89	99.465,93

11. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores (Sd devedores)	-	5.086,74	-	-
Pessoal	-	24.836,25	-	17.500,00
Devedores p/acrescimos de rendimentos	-	844.475,29	-	-
Outros devedores	-	91.396,70	-	588.305,76
	-	965.794,98	-	605.805,76
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	965.794,98	-	605.805,76

12. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 os saldos da rubrica “Diferimentos” do activo e passivo foram como segue:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	19.813,33	7.466,72
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	20.200,46	5.500,00
	<u>40.013,79</u>	<u>12.966,72</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	17.500,00	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	<u>17.500,00</u>	<u>-</u>

13. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2011 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 20.000 acções com o valor nominal de 5,00 euros cada.

As pessoas colectivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 2011, eram as seguintes:

	<u>% Capital</u>	<u>Valor</u>
SABSEG, SGPS, SA.	100,00	100.000,00

14. Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

15. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-11</u>		<u>31-Dez-10</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)	349.427,71	-	282.117,01	-
Contas caucionadas (ii)	-	650.000,00	-	650.000,00
Contas bancárias de factoring (iii)	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas (iv)	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados (v)	-	230,26	-	-
Locações financeiras (vi)	1.500.566,37	-	1.603.260,18	-
(...)	-	-	-	-
Outros empréstimos (vii)	514.639,92	-	573.563,96	-
	<u>2.364.634,00</u>	<u>650.230,26</u>	<u>2.458.941,15</u>	<u>650.000,00</u>

(vi) Locações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa utilizava os seguintes tipos de bens adquiridos em locação financeira:

Bens adquiridos com recurso a locação financeira	31 de Dezembro de 2011		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Edifícios e outras construções	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-
Equipamento de transporte	689.113,33	313.777,09	375.336,24
Equipamento administrativo	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-
Propriedades de investimento	1.443.979,89	108.298,50	1.335.681,39
	2.133.093,22	422.075,59	1.711.017,63

16. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica “Outras contas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal - Outros Créditos	-	361,30	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	48.264,34	-	33.482,41
Credores por acréscimos de gastos	-	513.176,31	-	159.140,27
Outras contas a pagar	-	1.151.632,56	-	1.723.596,52
	-	1.713.434,51	-	1.916.219,20

17. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Fornecedores conta corrente	109.443,17	130.957,33
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	109.443,17	130.957,33

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de Dezembro de 2011 era a seguinte:

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores conta corrente	-	109.443,17	-	-	109.443,17
Fornecedores outros	-	-	-	-	-
	-	109.443,17	-	-	109.443,17

18. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2011 e de 2010 foram como segue:

	31-Dez-11			31-Dez-10		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	6.182.569,18	-	6.182.569,18	3.774.426,06	-	3.774.426,06
	6.182.569,18	-	6.182.569,18	3.774.426,06	-	3.774.426,06

Registou-se um aumento do volume de negócios de cerca de 64%, tendo sido superados os objectivos definidos para este exercício.



19. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2011 e de 2010 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:



	31-Dez-11	31-Dez-10
Subsídios à exploração	10.925,23	28.203,81
(...)	-	-
Outros subsídios	-	-
	10.925,23	28.203,81

20. Ganhos e perdas decorrentes dos investimentos financeiros

O reconhecimento dos resultados (ganhos e perdas) das empresas participadas, nos exercícios de 2011 e de 2010, é apresentado no quadro que segue:

	31-Dez-11			31-Dez-10		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
SEGMINHO - Corretores de Seguros, S.A.	-	51.417,63	- 51.417,63	65.790,94	-	65.790,94
RUMO - Soc. Mediação de Seguros, S.A.	-	-	-	-	331.651,50	- 331.651,50
	-	51.417,63	- 51.417,63	65.790,94	331.651,50	- 265.860,56

21. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, foi a seguinte:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Subcontratos	201.361,18	-
Serviços especializados	1.228.943,92	1.049.898,32
Materiais	101.207,55	58.032,99
Energia e fluidos	165.525,28	94.311,93
Deslocações, estadas e transportes	182.386,75	121.772,27
Serviços diversos (*)	707.301,13	418.219,90
donde Rendas e Aluguers	285.860,77	157.471,88
donde Comunicações	182.885,69	117.143,13
donde Despesas de Representação	150.183,54	106.371,62
	2.586.725,81	1.742.235,41

22. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, foi a seguinte:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Remunerações dos órgãos sociais	169.655,07	82.049,02
Remunerações do pessoal	2.014.316,31	1.026.850,45
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	366.365,71	207.569,83
Seguros	13.778,58	4.908,65
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	34.584,25	7.442,47
	2.598.699,92	1.328.820,42

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2011 foi 90 e no exercício de 2010 era 62.

23. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, foram como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Rendimentos suplementares	-	70.228,37
Descontos de pronto pagamento obtidos	9,35	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e as	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activo	12,73	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financei	143.209,04	48.440,79
Outros rendimentos e ganhos	15.078,26	823,50
Juros de Depósitos Bancários	7.825,23	2.337,53
	166.134,61	120.183,19

24. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, foram como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Impostos	120.993,81	72.296,32
Descontos de pronto pagamento concedido	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Ganhos e perdas em subsidiárias e associad	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos finan	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	2.241,67	47.281,09
Outros gastos e perdas	53.676,35	57.707,70
Outros juros	-	56,56
	176.911,83	177.341,67

25. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-11			31-Dez-10		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	21.659,70	-	21.659,70	21.659,70	-	21.659,70
Activos fixos tangíveis	370.584,21	-	370.584,21	286.980,28	-	286.980,28
Activos intangíveis	16.952,63	-	16.952,63	14.851,55	-	14.851,55
	409.196,54	-	409.196,54	323.491,53	-	323.491,53

26
✓
12

26. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2011 e de 2010, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	-	-
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	95.506,22	56.858,83
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	95.506,22	56.858,83
Resultados financeiros	- 95.506,22	- 56.858,83

27. Partes relacionadas

As transacções e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, são apresentados no quadro que segue:

Transacções	31-Dez-11	31-Dez-10
Vendas	-	-
Prestação de serviços	-	-
Compras de mercadorias	-	-
Serviços adquiridos	-	-
Saldos	31-Dez-11	31-Dez-10
Contas a receber	-	5.192,75
Contas a pagar	149.705,14	20.286,52
Empréstimos concedidos	-	-
Empréstimos obtidos	-	-
	149.705,14	25.479,27

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis,

28. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2011.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

29. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2011, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o n.º de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2011.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

30. Outras Informações

Garantias não contabilizadas:

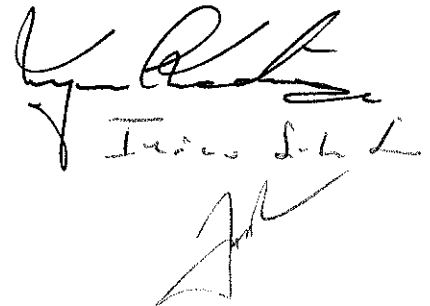
- 105.348,98 € - Autoridade – tributária

Braga, 31 de Março de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO



João Silva

ANEXO ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

(Para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar ISP n.º 15/2009 de 30 de Dezembro)

a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações:

O corretor reconhece as remunerações de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra – embora admita excepções – no exercício da actividade de mediação/corretagem de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento com base nas declarações de rendimentos emitidas pelas empresas de seguros.

A empresa regista os seus rendimentos de acordo com o regime de acréscimo, pelo qual os rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo:

	Remunerações (€)
Por natureza	2011
Numerário	
Espécie	6.182.569,18€
TOTAL	6.182.569,18€

	Remunerações (€)
Por tipo	2011
Comissões	6.182.569,18€
Honorários	
Outras remunerações	
TOTAL	6.182.569,18€

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem:

Por entidade (origem)	Remunerações (€)		
	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Fundos de Pensões
	2011	2011	2011
Empresas de seguros	64.273,63€	6.072.115,00€	
Outros mediadores		46.180,55€	
Clientes (outros)			
TOTAL	64.273,63€	6.118.295,55€	

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira:

	Remunerações (%)
Por entidade (Origem)	2011
Empresas de Seguros	98,96
Outros mediadores	1,04
Clientes (Outros)	
TOTAL	100,00

e) Valores das contas "clientes":

	Valores das contas "clientes"
Contas "clientes"	2011
Início Exercício	1.686.107,76€
Final Exercício	1.289.064,99€
Volume movimentado no exercício	
A débito	29.183.447,42€
A crédito	29.580.490,19€

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem:

Por entidade	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários		
Empresas de seguros	844.475,29€	834.318,69€
Empresas de resseguros		
Outros	121.319,69€	879.115,82€
TOTAL	965.794,98€	1.713.434,51€

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar:

	Saldo contabilístico existente no final do exercício	
Por natureza	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro		834.318,69€
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro		
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)		
Fundos em cobrança às empresas de seguros, que respeitam a prémios de resseguro já transferidos pelas empresas de resseguro		
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	844.475,29€	
Outras quantias	121.319,69€	879.115,82€
TOTAL	965.794,98€	1.713.434,51€

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final do exercício):

NÃO APLICÁVEL

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito:

NÃO APLICÁVEL

j) Transmissões de carteiras de seguros:

NÃO APLICÁVEL

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes:

NÃO APLICÁVEL

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações:

Empresas de seguros	Remunerações (€)	
	Ramo Vida/Não Vida/Fundos de Pensões	
	€	%
	2011	2011
Axa	2.111.933,32€	36,30%
Tranquilidade	1.753.522,81€	30,14%
Lusitânia	515.833,45€	8,86%

n) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome:

NÃO APLICÁVEL


o) Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para as resseguradoras para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes de cobrança:

NÃO APLICÁVEL

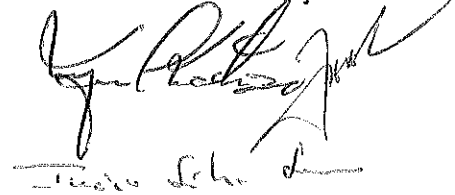
p) Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não haja outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas:

NÃO APLICÁVEL

O Toc



A Administração





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de "**SABSEG – MEDIAÇÃO DE SEGUROS, S.A.**", as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de balanço de 6.29.720 euros e um total de capital próprio de 749.597 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 173.851 euros), as Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado da suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de "**SABSEG – MEDIAÇÃO DE SEGUROS, S.A.**", em 31 de Dezembro de 2011 e o resultado das suas operações e dos fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

ÊNFASE

9. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos à atenção para a seguinte situação:

Conforme projeto de fusão aprovado em Assembleia Geral 20 de Dezembro de 2011, foram incorporadas através do método de comunhão de interesses, sete sociedades mediadoras de seguros, com efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2011 e que proporcionou a contabilização de uma reserva de fusão na importância de 108.160,96 euros.

Braga, 5 de Abril de 2012.

António Baptista, Elísio Quintas e Lino Vieira - S.R.O.C.
representada por


José Elísio Lopes da Silva Quintas - R.O.C. n.º 643

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO****DA****"SABSEG – MEDIAÇÃO DE SEGUROS, S.A."**

Senhores Accionistas:

1. INTRODUÇÃO

1.1 Nos termos legais e para os devidos efeitos, elaborámos e vimos submeter à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa acção fiscalizadora e o nosso Parecer sobre as Demonstrações Financeiras e a proposta apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao período findo em 31 de Dezembro de 2011.

2. RELATÓRIO

2.1 Acompanhámos regularmente a gestão da sociedade, não tendo tomado conhecimento de quaisquer actos ou factos que contrariem, expressamente, a lei vigente e o contrato da sociedade.

2.2 Cumprimos as obrigações legalmente decorrentes do mandato que nos foi conferido, nomeadamente quanto à fiscalização das contas e apreciamos os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração.

2.3 . De harmonia com o nº 1 do Artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o documento de certificação legal das contas, que merece a nossa concordância e que faz parte integrante deste relatório.

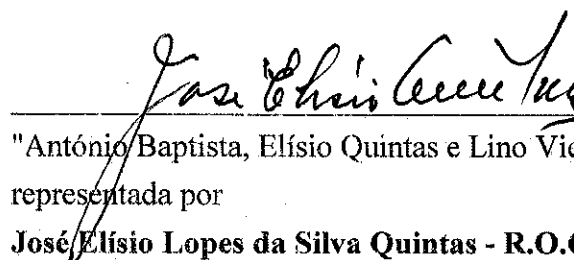
3. PARECER

Nestes termos, emitimos o seguinte parecer, no sentido de que:

- 3.1 Sejam aprovados o relatório de gestão e as contas do período de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração.
- 3.2 Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados líquidos de 2011, contida no relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração.

Braga, 5 de Abril de 2012

O Fiscal Único,


"António Baptista, Elísio Quintas e Lino Vieira - S.R.O.C."
representada por
José Elísio Lopes da Silva Quintas - R.O.C. nº 643